ENTRE OS DIREITOS E AS DESIGUALDADES: RAÇA, GÊNERO E EXCLUSÃO SOCIAL NA COMUNIDADE ASSENTAMENTO SANTOS DIAS

Rebeca Freire Oliveira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0003-7929-3749
Endereço eletrônico:rebecsoliveira21@gmail.com

Carlos Alberto Maciel Públio
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2172-1777
Endereço eletrônico: carlos.publio@uesb.edu.br

Palavras-chave: cidadania; desigualdade social; raça e gênero; exclusão social; políticas públicas

INTRODUÇÃO

De acordo com a Constituição Federal de 1988, saúde, assistência social, moradia e saneamento básico são direitos essenciais garantidos para toda a população. No entanto, a efetivação desses direitos é atravessada por um conjunto sócio-histórico de desigualdades e barreiras sociais que almejam alguns grupos, especialmente aqueles historicamente marcados por processos de exclusão e vulnerabilidade. O Brasil é condicionado por uma série de desigualdades históricas que percorrem a interseccionalidade de raça, gênero e classe, impactando diretamente territórios periféricos que sofrem com a marginalização no acesso a serviços, oportunidades de avanço comunitário e social.

Sob a perspectiva das ciências sociais, a cidadania não se restringe apenas à esfera jurídica, envolvendo também a participação efetiva das pessoas na vida social e no acesso pleno aos direitos garantidos pelo Estado. De acordo com Marshall (1967), os direitos sociais são fundamentais no processo de construção da cidadania, permitindo que toda a população se beneficie de condições básicas para sua qualidade de vida e participação social. No entanto, a reprodução contínua dessas desigualdades, revela que, a maioria da população permanece

sofrendo com vulnerabilidades e com a exclusão dos benefícios desenvolvidos pelas políticas públicas.

Ao discutir as formas de opressão no contexto brasileiro, Gonzalez (2020) destaca que raça, gênero e classe configuram aspectos interligados na produção das vulnerabilidades sociais. Por essa perspectiva, as mulheres negras sofrem maiores atravessamentos e são historicamente marcadas pela invisibilidade e exclusão social, política e econômica. Nesse sentido, Santos (2007) dialoga sobre como os territórios são constituídos de maneira desigual, resultando em níveis de acesso à infraestrutura urbana e aos serviços públicos.

Diante desse contexto, estabelece com problema de pesquisa: de que forma as desigualdades raça, gênero e classe social influenciam o acesso a direitos básicos e sociais da comunidade localizada em Vitória da Conquista, Bahia, conhecida como Assentamento Santo Dias. Busca-se analisar de que forma essas desigualdades influenciam a exclusão social vivenciada pelas moradoras da comunidade, a partir de suas próprias perspectivas. O estudo se justifica pela relevância em compreender os impactos da insuficiência ou da não efetivação das políticas públicas em territórios marginalizados, contribuindo para uma reflexão crítica sobre cidadania, acesso e garantia de direitos e a emancipação social.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo de abordagem quali-quantitativa, desenvolvido por meio da aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, a 10 mulheres moradoras da comunidade Assentamento Santos Dias. O instrumento da coleta de dados foi estruturado com o propósito de captar informações sobre a realidade social das participantes, perfil sociodemográfico, escolaridade, renda, composição familiar, benefícios sociais, serviços públicos, redes de apoio e as principais demandas comunitárias.

Após a realização da coleta, os dados foram organizados e analisados à luz de referenciais teóricos das Ciências Sociais que discutem criticamente a desigualdade social, interseccionalidade e exclusão socioespacial. A análise buscou articular as experiências relatadas pelas participantes com às barreiras estruturais que tensionam o acesso a direitos básicos e às oportunidades de transformação social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A marcante predominância de mulheres negras e chefes de família no Assentamento Santos Dias evoca o debate contemporâneo sobre a feminização da pobreza em contextos periféricos. A dependência acentuada de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o BPC, não deve ser interpretada como uma escolha passiva, mas como um dos poucos mecanismos de subsistência disponíveis para um grupo social e sistematicamente excluído do mercado de trabalho formal. Como grande parte das entrevistadas assumem a responsabilidade pelo cuidado cotidiano do lar, das crianças e dos adolescentes, configura-se uma dupla jornada que inviabiliza a busca por qualificações profissionais ou empregos de tempo integral. Esse cenário válida a perspectiva interseccional de Gonzalez (2020), ao demonstrar que o racismo estrutural e o patriarcado operam como vetores que confinam a mulher negra periférica às margens da estrutura econômica, limitando severamente suas possibilidades de mobilidade social

No cotidiano das moradoras do Assentamento Santos Dias, a falta de saneamento básico traduz-se em riscos imediatos à saúde coletiva, proliferação de vetores de doenças e exposição à insalubridade ambiental, afetando diretamente a qualidade de vida local. Essa questão da distribuição dos serviços urbanos essenciais reflete o que Santos (2007) conceitua como "cidadania mutilada", na qual o território habitado pelos extratos mais vulneráveis sofre o que ele chama de invisibilidade planejada pelo poder público. O espaço geográfico, portanto, deixa de ser um agregador de direitos e passa a funcionar como um palco de reprodução das opressões estruturais e da segregação socioespacial.

No âmbito educacional e da saúde, as barreiras identificadas vão além da simples ausência de equipamentos públicos, alcançando a qualidade e as condições de permanência das famílias nessas redes de proteção. Os relatos sobre atendimentos à saúde foram classificados como regulares ou péssimos, revelando que a universalidade do SUS encontra entraves burocráticos e geográficos para se efetivar nas áreas periféricas. Paralelamente, os marcadores de bullying, a necessidade de suporte psicológico e a precariedade do transporte escolar indicam que a escola, por vezes, falha em se consolidar como um ambiente seguro e acolhedor para as crianças do Assentamento. A insuficiência de transporte de qualidade ameaça diretamente a frequência escolar dos estudantes, revelando que a garantia formal do direito à educação é esvaziada quando o Estado negligencia as condições infraestruturais

básicas para que os jovens acessem e permaneçam na instituição de ensino.

Um aspecto relevante refere-se ao desconhecimento das entrevistadas sobre seus próprios direitos sociais e dos mecanismos institucionais de acesso às políticas públicas. A falta de informações básicas compromete o acesso aos benefícios sociais, uma vez que as participantes afirmam não possuir conhecimentos suficientes acerca dos serviços disponíveis. Assim, evidencia-se que a exclusão social não acontece pela ausência dos recursos materiais, mas, também, pela limitação do acesso à informação e ao conhecimento necessário à participação social e ao exercício pleno da cidadania. Nesse contexto, é relevante a crítica proposta por Marshall (1967) em torno da cidadania social. O autor diz que o acesso aos direitos sociais é condição indispensável para a inserção das pessoas na vida coletiva, mas os dados coletados demonstram que há uma grande distância entre os direitos garantidos pela legislação e a realidade vivenciada pela comunidade do Assentamento Santo Dias, assim, a cidadania permanece insuficiente ou exercida pela metade.

Diante da insuficiência da atuação estatal, as entrevistadas relatam recorrer a redes de apoio informais, tais como os familiares, os amigos e as instituições religiosas, as quais assumem papel de suporte para boa parte das famílias da comunidade. Mães, irmãs, vizinhos e igrejas aparecem como fontes importantes de rede de apoio e solidariedade no cotidiano, embora essas redes cumpram uma função fundamental, infelizmente elas não substituem o papel de responsabilidade do Estado na garantia da qualidade de vida e no acesso aos direitos sociais.

CONCLUSÕES

Essa pesquisa possibilitou analisar as desigualdades presentes na comunidade Assentamento Santos Dias a partir de uma perspectiva crítica e social, considerando o recorte de raça, gênero e classe. Embora existam direitos sociais assegurados pela Constituição Federal de 1988, as moradoras continuam enfrentando dificuldades constantes no acesso à saúde, ao saneamento básico, à permanência estudantil e a informações de outras políticas públicas essenciais.

Esses resultados evidenciam que a exclusão social na comunidade não perpassa por fatores individuais, mas por processos históricos e barreiras estruturais que afetam especialmente mulheres racializadas e famílias de baixa renda. Toda a fragilidade

demonstrada atesta o distanciamento entre a cidadania formal e a efetivação prática de direitos fundamentais por parte do Estado.

Portanto, a atuação do poder público no território é necessária para a redução das desigualdades locais. Investimentos em infraestrutura, o fortalecimento dos serviços de saúde e educação e a ampliação do acesso à informação constituem eixos fundamentais para a emancipação social, promoção da equidade, exercício pleno da cidadania e visibilidade dessa comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.